



## 09 DE DEZEMBRO DE 2015

### Quarta-feira

- EMPRESÁRIOS PRESSIONAM GOVERNO A NÃO ELEVAR CARGA TRIBUTÁRIA COM REFORMA DO PIS
- DEPUTADOS APROVAM INSTALAÇÃO DE PEDAGIÔMETRO NO PARANÁ
- CRISE NO CONSUMO FECHA 7,2 MIL LOJAS NO PARANÁ EM UM ANO
- BRASIL E URUGUAI ASSINAM ACORDO DE LIVRE-COMÉRCIO NO SETOR AUTOMOTIVO
- MUDANÇA NO PIS PREOCUPA SETOR DE SERVIÇOS
- EM QUATRO ANOS, PREÇO DO MINÉRIO CAI 80% E VALE PERDE R\$ 247 BILHÕES NA BOLSA
- PATO GIGANTE VEM A CURITIBA PARA DIZER NÃO AO AUMENTO DE IMPOSTOS
- PARA REDUZIR DÉFICIT, CORREIOS VÃO REAJUSTAR TARIFAS DE CARTAS E TELEGRAMAS
- INDICADOR COINCIDENTE DE DESEMPREGO SOBE 1,4% EM NOVEMBRO ANTE OUTUBRO, DIZ FGV
- EMPRESÁRIOS VEEM MELHORA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS EM 2017, DIZ SINDUSCON-SP
- ANATEL PUBLICA AVISO SOBRE INCLUSÃO DO NONO DÍGITO DO CELULAR EM NOVAS ÁREAS
- ANGLO ADIA CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DE MINÉRIO DE FERRO MINAS-RIO
- FERNANDO GUEDES ASSUME SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREGO DE CURITIBA
- INFLAÇÃO DE DOIS DÍGITOS. E AGORA?
- ANGLO AMERICAN VAI DEMITIR METADE DOS FUNCIONÁRIOS E CORTAR DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
- VENDAS CAEM 30% E KIA MOTORS FECHA 55 REVENDAS
- EMPRESÁRIO TEME MAIS CARGA TRIBUTÁRIA
- INFLAÇÃO PARA OS MAIS POBRES É MAIS PESADA DO QUE A OFICIAL

- DESEMPREGO SOBE, MAS DIMINUI PESSIMISMO DO MERCADO DE TRABALHO, DIZ FGV
- PLANALTO SANCIONA LEI QUE FLEXIBILIZA PAGAMENTO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS
- NOVE ASSOCIAÇÕES DO AÇO APRESENTAM PARA GOVERNANTES MOTIVOS CONTRA O RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO
- EXPORTAÇÕES MINEIRAS EM QUEDA
- FINANCIAMENTO DO BNDES A EMPRESAS CAIU 0,5% EM OUTUBRO
- BRASIL MONTARÁ 1,28 MILHÃO DE MOTOS EM 2016
- HYUNDAI COGITA DESENVOLVER CHIP PARA CARRO AUTÔNOMO
- MOVIMENTO DE INOVAÇÃO LIDERADO PELA CNI É RECONHECIDO COMO UMA DAS SEIS MELHORES INICIATIVAS DE COMPETITIVIDADE NO MUNDO
- VOLKSWAGEN DIVULGA RESULTADOS SOBRE FRAUDE NA QUINTA-FEIRA
- CRONOGRAMA DE DESATIVAÇÃO DA USIMINAS SERÁ ENTREGUE ESTA SEMANA
- ANGLO AMERICAN E RIO TINTO ANUNCIAM CORTES
- ITAIPU GARANTIRÁ ABASTECIMENTO, DIZ ONS
- COMBUSTÍVEIS SOBEM 4,16% EM NOVEMBRO, MAIOR IMPACTO NO IPCA, DIZ IBGE
- VOLKSWAGEN DIZ QUE FRAUDE DE EMISSÕES AFETOU 36 MIL CARROS

<b>CÂMBIO</b> <b>Em 09/12/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,772	3,773
<b>Euro</b>	4,125	4,127

**Fonte: BACEN**

## **Empresários pressionam governo a não elevar carga tributária com reforma do PIS**

09/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Prestes a enviar ao Congresso a reforma de um dos tributos mais complexos do País, o PIS, o governo Dilma Rousseff foi pressionado nesta terça-feira (8) por empresários dos ramos de serviços, comércio e construção civil a não aumentar a carga tributária.

Os empresários temem que o governo aproveite a proposta de simplificação do tributo para embutir um aumento de impostos.

“Hoje há alíquotas diferentes, diversos regimes específicos, bases de cálculo distintas, redutores, valores agregados... Esses impostos são muito complexos, além de altos, o que dificulta muito a atividade produtiva no Brasil.

A simplificação é bem-vinda, mas sem mais aumentos de tributos”, disse Adelmir Santana, presidente da Federação de Comércio de Bens e Serviços (Fecomércio) do Distrito Federal.

Os empresários promoveram hoje em Brasília uma nova rodada do movimento chamado “Mobilização Nacional contra o Aumento do PIS/Cofins”, que já percorreu outras capitais do Brasil.

No seminário de hoje, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ouviu críticas de diversos empresários, receosos que não seja cumprida a promessa federal de que a simplificação do PIS não representará aumento de impostos.

Rachid é principal responsável pela proposta de mudança no PIS, que foi encaminhada à Casa Civil na segunda-feira (7), antes de chegar ao Congresso Nacional.

“Não podemos mais ter qualquer aumento de impostos, estamos no limite”, disse Eduardo Levy, presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel).

Já Luiz Carlos Botelho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF (Sinduscon-DF), pediu “transparência” do governo. “A sociedade não conhece nada do projeto, que vai ao Congresso ainda em mistério”, disse ele.

### **Defesa**

Rachid defendeu a proposta federal e foi enfático ao dizer que o governo não vai usar a reforma do PIS e, posteriormente, da Cofins, para aumentar a arrecadação.

“Não queremos, com a reforma, cobrar nem mais nem menos. Se cobrar menos, podemos quebrar o Estado, na atual situação. Se cobrarmos mais, geraremos distorções no País. Então nosso objetivo é que a reforma no sistema, com as novas alíquotas e as novas regras, tenha impacto neutro”, disse Rachid.

## ***Anefac promove seminário para contadores e tributaristas em Curitiba***



Evento gratuito vai abordar temas como fechamento de demonstrações financeiras e últimas alterações tributárias relevantes.

O secretário explicou que o governo decidiu começar pela reforma do PIS, que rende uma arrecadação anual de cerca de R\$ 50 bilhões por ano, e depois simplificar a Cofins, que rende mais de R\$ 150 bilhões anuais ao governo.

O plano final é de unir os dois tributos, simplificados, em um único tributo sobre o valor agregado, uma espécie de IVA, tal qual existe na maior parte dos países desenvolvidos, disse Rachid.

“Não é verdade que nós vamos aumentar a carga tributária. Não vamos aumentar. Podemos até dobrar as alíquotas, se mudarmos a base de cálculo. Um tributo de 10% sobre uma base 100 é o mesmo que um de 20% sobre uma base de 50.

Se olhar somente para a alíquota, o empresário pode achar que o imposto dobrou, mas depende da base. Por isso não vamos falar agora de alíquotas, queremos explicar a nova sistemática”, afirmou o secretário.

### ***Alíquotas***

A proposta do governo, de fato, não cita números de alíquotas. Mas o governo já revelou que serão quatro alíquotas do novo tributo, que incide sobre o faturamento das empresas.

Haverá a alíquota zero, tal qual existe hoje, para cesta básica, insumos de medicamentos, livros, serviços de transporte e produtos para pessoas com necessidades especiais. Serão criadas as alíquotas intermediária e reduzida.

A primeira incidirá para setores da construção civil, telecomunicações, transporte aéreo, parques de diversão, hotelaria, agências de viagens e turismo. Já a alíquota reduzida servirá para os setores de saúde, educação, rádio e televisão, tecnologia de informação, teleatendimento e correios. Os demais segmentos recolherão uma alíquota chamada “modal”.

As empresas que hoje estão no regime Super Simples continuarão do jeito que estão e também os regimes diferenciados para os segmentos de medicamentos, agronegócios e para a Zona Franca de Manaus.

No caso do Super Simples, segundo Rachid, estão mais de 90% das empresas brasileiras. Nesse regime de tributação simplificada, criado em 2006, estão empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano.

O governo definiu que o valor efetivamente pago por uma empresa na etapa anterior de produção vai gerar crédito tributário, no âmbito do PIS. “Haverá o destaque do imposto pago na nota fiscal eletrônica.

Em torno de 35% a 40% dos créditos pleiteados hoje pelas empresas são questionados pelo Fisco. Agora, isso será reduzido bastante porque vamos poder acompanhar a distância a apuração desses créditos”, disse Rachid. Segundo ele, as mudanças na geração de créditos tributários serão muito boas para as empresas exportadoras. “Com todo o crédito

limpo na sua contabilidade, a empresa vai poder compensar, ressarcir, vai tornar seu preço mais limpo, melhorando sua competitividade e os preços de seus produtos no exterior”, disse.

## **Deputados aprovam instalação de pedagiômetro no Paraná**

09/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Por unanimidade, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou na terça-feira (8), em primeira discussão, o projeto que prevê a instalação do “pedagiômetro” no estado. Pela proposta, serão implantados contadores de tráfego nas praças de pedágio, que fornecerão os dados simultaneamente ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

O órgão deverá repassar as informações à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados (Agepar) até o décimo dia útil do mês seguinte ao levantamento. O início da operação dos equipamentos deverá ocorrer seis meses após a entrada em vigor da lei.

A ideia do projeto é que os números sejam usados para mensurar, por exemplo, se as concessionárias estão cumprindo as exigências de investimentos nas estradas que cortam o estado, de acordo com as planilhas de cálculo (arrecadação, lucro líquido, etc) previstas em contrato.

A partir do cruzamento desses dados, espera-se realizar “estudos de ampliação de capacidade de tráfego, avaliações de níveis de serviço, desenvolvimento de projetos de restauração de pavimentos”.

Segundo o líder do governo e articulador do texto, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), será apresentada uma emenda ao texto, na segunda votação em plenário, determinando que a Agepar tenha uma espécie de pedagiômetro em seu site e que os dados sejam alimentados periodicamente.

## **Crise no consumo fecha 7,2 mil lojas no Paraná em um ano**

09/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Paraná registrou queda de 12,4% no número de estabelecimentos comerciais com vínculo empregatício no Brasil nos doze meses encerrados em outubro em relação ao mesmo período do ano anterior.

O índice é o maior entre as 27 unidades da federação, segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Em termos absolutos, o Paraná ficou em terceiro no ranking de fechamento líquido de lojas da CNC, com perda de 7,2 mil estabelecimentos, atrás de São Paulo (-21,6) e Minas Gerais (-9,5 mil).

Atualmente, os estabelecimentos com vínculos empregatícios respondem por 43% do total de lojas no varejo brasileiro. Apenas quatro estados registraram mais aberturas na média dos últimos 12 meses: Roraima, Tocantins Amazonas e Paraíba.

### **Ano difícil força marcas a fecharem lojas**

Em todo o país, segundo a confederação do comércio, houve queda de 9,1% no número de lojas com vínculo empregatício no período pesquisado – desempenho inédito em mais de uma década desse indicador, historicamente associado ao comportamento das vendas.

Segundo a CNC, o fechamento de pontos comerciais é resultado da deterioração das condições de consumo, caracterizada por inflação e juros elevados, além da baixa nos níveis de confiança de empresários e consumidores.

O volume de vendas nos últimos 12 meses até setembro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, caiu 0,4% no Paraná e 2,1% no país. De janeiro a setembro, a queda acumulada chega a 1,2% e 3,3%, respectivamente.

Todos os dez segmentos do varejo registraram quedas no número de lojas. De acordo com os dados da confederação, a crise se manifesta mais claramente sobre ramos mais dependentes das condições de crédito, como informática e comunicação (-14,4%), materiais de construção (-14,3%), veículos e peças (-11,9%) e móveis e eletrodomésticos (-11,7%).

O varejo brasileiro perdeu 64,5 mil estabelecimentos comerciais no período. O segmento de hiper e supermercados, responsável por 32,6% das lojas em operação, liderou a queda no país com a extinção de 15,5 mil pontos de vendas. Em seguida vieram, os segmentos de vestuário (-9,7 mil) e de materiais de construção (-9,5 mil).

### **Brasil e Uruguai assinam acordo de livre-comércio no setor automotivo**

09/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Brasil e Uruguai assinam nesta quarta (9) em Brasília o primeiro acordo de livre-comércio do setor automotivo entre países do Mercosul.

Trata-se também do primeiro entendimento setorial do tipo que o Brasil terá com outro país –acordos em vigor com mercados bem maiores, como Argentina, Colômbia e México, preveem a comercialização de veículos e peças com tarifas zero, mas limitada a diferentes tipos de cotas.

Para o governo, apesar de se tratar de um mercado modesto –os uruguaios compraram ao todo 57 mil veículos no ano passado, 25% deles vindos do Brasil–, o acordo é importante porque abre um precedente que pode ajudar o Brasil em negociações com outros parceiros.

O setor automotivo não é contemplado pelas regras de livre-comércio do Mercosul. Por se tratar de um mercado sensível, as trocas são geridas por acordos específicos.

Em junho de 2016 vence o acordo setorial com a Argentina, maior importador de veículos do Brasil, e o governo espera negociar a ampliação das regras de troca.



"Ao fazer um acordo de livre-comércio com o Uruguai, a gente cria as bases para a 'mercosulização' do setor automotivo", afirmou o ministro Armando Monteiro Neto (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Para ele, as perspectivas de negociação com a Argentina são favoráveis com a eleição do presidente Mauricio Macri. "Os primeiros sinais que a gente recebeu são muito na direção de revitalizar o comércio com o Brasil".

## **RETRAÇÃO**

Diante da retração da demanda doméstica por carros a partir de 2013, a aceleração das negociações de acordos automotivos com países vizinhos tem sido uma reivindicação das montadoras.

A venda de veículos no Brasil despencou 25% neste ano na comparação com 2014 até novembro, chegando a 2,3 milhões de unidades. Na Argentina, a demanda caiu ainda mais, mas as exportações brasileiras não recuaram em número de veículos.

No Uruguai, a expectativa é que as exportações brasileiras possam ganhar terreno com a liberalização, em especial em relação aos veículos mexicanos, principal concorrente no país.

Para terem direito à tarifa zero, os produtos têm que ter um mínimo de conteúdo produzido regionalmente: 55% para carros vendidos pelo Brasil e 50% para os uruguaios.

O acordo será assinado pelos ministros Monteiro Neto, Mauro Vieira (Relações Exteriores) e os ministros uruguaios equivalentes.

Este ano, o país também renegociou um acordo com a Colômbia, que envolveu aumento da cota de exportação com tarifa zero.

Já com o México, o esforço do Brasil no entendimento fechado em março foi para conter o crescimento da cota.

Os dois países já tiveram um acordo de livre-comércio automotivo entre 2002 e 2012, mas o governo Dilma pressionou por uma limitação das trocas depois que a balança passou a ser fortemente deficitária para o Brasil.

Este ano, as exportações de veículos do Brasil para o México estão aumentando, favorecidas pela desvalorização do real.

## **Mudança no PIS preocupa setor de serviços**

09/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Às vésperas de mais um dia de mobilização das entidades representativas do setor de serviços contra as mudanças do PIS e da Cofins, o Ministério da Fazenda informou na segunda-feira (7) que enviou à Casa Civil projeto de lei de reforma do PIS, deixando as alterações da Cofins para um segundo momento.

De acordo com o texto, para "garantir a neutralidade da carga fiscal" em cada um dos setores da economia, serão criadas três alíquotas. A nota da Fazenda não detalha quais serão os novos percentuais. O setor de serviços, no entanto, teme que a calibragem das alíquotas signifique um aumento da carga tributária.

Várias entidades farão nesta terça (8) em Brasília o Seminário "Mudanças no PIS/Cofins: simplificação ou aumento". O evento contará com a participação de tributaristas e parlamentares.

As empresas alegam que a reforma das duas contribuições vai resultar em aumento médio de impostos de 104%, com alta nos preços para os consumidores de 4,3% em média. No encontro, será lançado o site "Contra mais impostos".

Atualmente, a maioria das empresas prestadoras de serviços está enquadrada no regime cumulativo e recolhem 3,65% sobre o faturamento (somando PIS e Cofins). Já para quem faz parte do regime não cumulativo, como a indústria, por exemplo, as alíquotas somam 9,25%, mas é possível deduzir, do imposto a pagar, o custo com insumos.

Com a mudança, o governo pretende enquadrar todas as empresas no sistema não cumulativo. Os empresários do ramo de serviços reclamam que serão punidos porque utilizam poucos insumos e são intensivos em mão de obra.

Ao ser indagada sobre as novas alíquotas do PIS, a Receita Federal informou em nota que alguns setores vão pagar uma alíquota menor para evitar aumento de impostos: "Alguns setores para os quais o novo modelo poderia trazer aumento de carga fiscal terão alíquota menor do que a padrão, a fim de evitar este aumento".

Segundo uma apresentação da própria Receita, poderão ter alíquota reduzida as seguintes atividades: saúde, educação, rádio e televisão, tecnologia da informação, teletendimento, correios. Na alíquota intermediária se encaixariam construção civil, telecomunicações, transporte aéreo, parques de diversão, hotelaria, agências de viagens e turismo.

Na nota, a Fazenda alega que a mudança vai simplificar a cobrança do imposto, porque todas as empresas passarão a ter direito de abater do tributo tudo o que "adquirir para produção ou consumo".

O texto cita gastos com conta de luz e material de escritório e justifica que o cálculo da contribuição ficará mais fácil. O texto diz ainda que o setor financeiro terá um tratamento diferenciado e que serão mantidos alguns regimes especiais, como combustível e veículos, em que a tributação corre numa única fase, na refinaria e nas montadoras, por exemplo.

O professor do IBRE-FGV, José Roberto Afonso, destacou o fato de o governo pretender fazer a reforma de forma gradual, começando pelo PIS. "Acho importante começar a tratar só do PIS. Se aprende, depois se passa para Cofins.

O ideal é que não haja obrigação de passar de um para outro. Como PIS arrecada bem menos que Cofins, é um bom laboratório. Se errar, nem a receita cairá demais, nem a empresa será penalizada demais", disse Afonso.

Para o economista Bernad Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), o ideal seria reduzir os regimes especiais. "O ideal é que um tributo tenha apenas uma alíquota e não três alíquotas, como indica o texto. Por fim, tudo indica que será mantido um número importante de regimes especiais no novo PIS/Cofins (embora menor que o atual), quando o ideal seria reduzir ao máximo estes regimes", disse Appy.

Segundo a Receita Federal, a entrada em vigor das novas regras do PIS dependerá da aprovação do Congresso. Haverá também um prazo de transição. "Será dado prazo suficiente para que os contribuintes e o próprio fisco se adequem às regras do novo modelo de tributação. Estarão previstas regras de transição entre o modelo antigo do PIS e o novo".

**Em quatro anos, preço do minério cai 80% e Vale perde R\$ 247 bilhões na bolsa**

09/12/2015 – Fonte: EM.com

Com excesso de oferta e aposta de que a demanda da China deve desacelerar ainda mais, o preço do minério de ferro recuou nesta terça-feira, 8, ao menor nível desde 2009, arrastando para baixo as ações das siderúrgicas e da mineradora Vale, que vive um inferno



astral desde o rompimento de uma barragem de rejeitos de sua controlada Samarco, em Mariana (MG), há um mês.

O minério de ferro já respondeu por 16,3% das exportações brasileiras. Mas com a recente queda de preços a participação caiu para 7,3% do total. Nesta terça-feira, 8,, a cotação recuou 0,3% e fechou a US\$ 38,80 a tonelada, conforme o preço negociado no Porto de Tianjin, na China, após a divulgação de dados negativos da balança comercial chinesa. Com isso, as ações de mineradoras e siderúrgicas afundaram nas principais bolsas do mundo.

Em São Paulo, os papéis da Vale recuaram 4,59% (ON, com direito a voto) e 5,28% (PNA, sem voto). A ação da Bradespar, que cuida dos investimentos do Bradesco e é acionista da mineradora, caiu 6,93%. Já entre as siderúrgicas, caíram Usiminas (-5,26%), Gerdau (-5,85%) e CSN (-6,38%), ajudando o Ibovespa a recuar 1,72%.

Desde o início de 2011, quando as cotações do minério e das ações estavam no pico, a Vale perdeu R\$ 247 bilhões em valor de mercado, medido pela multiplicação da cotação pelo total de ações. Em fevereiro de 2011, a tonelada do minério chegou a ser negociada a US\$ 191,70.

Desde então, o preço do minério caiu 79,7%, e as ações da Vale foram junto. Ontem, a mineradora brasileira encerrou o pregão valendo R\$ 55,452 bilhões, em comparação a R\$ 302,811 bilhões, na máxima de janeiro de 2011, segundo dados da consultoria Econômica.

### **85 mil demissões**

Com o minério abaixo de US\$ 40, as mineradoras deflagraram seus "planos B". A anglo-sul-africana Anglo American anunciou ontem um programa de reestruturação com 85 mil demissões, venda de ativos, redução de investimentos e congelamento dos dividendos. Agora, o projeto Minas-Rio para produção no Brasil, um dos maiores da companhia, não é mais prioritário.

Quem também pisou no freio foi a anglo-australiana Rio Tinto. A companhia anunciou que o orçamento terá novo corte nos investimentos de US\$ 1,5 bilhão em dois anos. Investidores não gostaram e houve uma forte onda vendedora das ações. Em Londres, a ação da Anglo American caiu 12,3% e a da Rio Tinto perdeu 8,4%. Outras mineradoras como a Antofagasta e BHP Billiton caíram mais de 5,0%.

### **Tempestade da Vale**

Para o analista Pedro Galdi, do blog WhatsCall, a Vale vive uma "tempestade perfeita". Analistas da corretora especializada em commodities Investec apostam que a Vale pode ser a próxima a anunciar um plano de reação. "A queda para o patamar de US\$ 30 parece ser um ponto de inflexão. O tomo do minério ameaça os grandes produtores porque os preços se aproximam dos custos de equilíbrio", dizem os analistas.

Nesse quadro, a Vale vem reduzindo despesas administrativas, vendendo ativos que não sejam ligados às suas principais atividades, como embarcações de transporte, e modernizando minas antigas.

Ontem, a mineradora brasileira anunciou a conclusão da venda de quatro navios com capacidade de 400 mil toneladas, por US\$ 423 milhões para o ICBC Financial Leasing, uma subsidiária do Banco Comercial e Industrial da China.

### **Rompimento das barragens**

A "tempestade perfeita" descrita por Galdi soma o cenário negativo para a produção de minério de ferro com o rompimento das barragens de rejeitos da Samarco. "Nos últimos pregões, as ações da Vale e da BHP caíram mais do que as demais mineradoras por causa da Samarco", afirmou Galdi.

A Samarco, especializada na produção de pelotas - "bolinhas" de minério usadas na siderurgia -, é controlada, meio a meio, pela Vale e pela anglo-australiana BHP.

Os analistas da Investec dizem que a queda do minério se deve à desaceleração da demanda chinesa e, ao mesmo tempo, ao aumento da oferta. "A resposta tradicional da indústria de mineração para a queda dos preços é aumentar a produção em vez de reduzir custos. Esse comportamento só serve para aumentar a fogueira que está fora de controle."

## **Pato gigante vem a Curitiba para dizer não ao aumento de impostos**

09/12/2015 – Fonte: Bem Paraná



No próximo domingo (13), a partir das 10h30, os curitibanos poderão aderir pessoalmente à campanha "Não Vou Pagar o Pato", contra a criação e aumento de impostos e a volta da CPMF propostos pelo governo.

A ação levará um pato inflável de 12 metros de altura à Boca Maldita, no calçadão da Rua XV de Novembro, onde serão distribuídos folhetos, adesivos, "patecos", e também será feita a coleta de assinaturas.

A campanha começou em 21 de setembro, em frente à sede da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), e está percorrendo outras regiões. O pato já esteve em várias cidades do interior de São Paulo, Baixada Santista, além de Brasília, Rio de Janeiro e Salvador.

O objetivo é conscientizar a sociedade sobre os altos impostos já pagos em produtos e serviços, e evitar, além do novo aumento da carga tributária, a volta da CPMF, propostos pelo governo federal.

De acordo com o presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, os governos foram eleitos para, entre outras coisas, administrar os orçamentos públicos. Se há queda de receita, devem fazer como todos os brasileiros fazem: adequar seus gastos à nova realidade e não repassar o ajuste para a sociedade.

"O Brasil precisa sair do atual círculo vicioso de menos investimento, de menos demanda, de menos emprego, para entrar num círculo virtuoso de mais investimento, mais demanda, mais produção, mais empregos, mais exportação", argumenta Skaf.

Na internet ([www.naovoupagaropato.com.br](http://www.naovoupagaropato.com.br)), até o momento, "Não Vou Pagar o Pato" recolheu mais de 1 milhão de assinaturas. A meta é atingir mais um milhão, que serão encaminhadas ao Congresso Nacional.

A campanha é uma iniciativa da Frente Nacional contra o Aumento de Impostos, criada em 3 de setembro e liderada por Paulo Skaf, com amplo apoio de mais de 160 entidades de diversos setores.

## Para reduzir déficit, Correios vão reajustar tarifas de cartas e telegramas

09/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Há menos de um mês na presidência dos Correios, Giovanni Queiroz quer estancar a sangria nas contas da empresa para diminuir o déficit no orçamento, que deve chegar a R\$ 2 bilhões até o fim do ano. Até outubro, o resultado negativo estava em R\$ 1,3 bilhão.

Uma das medidas será a correção das tarifas de serviços não concorrenciais, como as de entrega de cartas e telegramas, em 8,89%, que já foi autorizada pelo Ministério da Fazenda e deve começar a vigorar nos próximos dias. Segundo Queiroz, a medida vai aumentar as receitas da empresa em cerca de R\$ 700 milhões por ano. As informações são da Agência Brasil.

### **Revisão de gastos**

Medidas administrativas também fazem parte do pacote previsto por Queiroz. O novo presidente dos Correios quer adiar a renovação das frotas de carros e caminhões da empresa, que atualmente ocorre a cada cinco anos.

Os contratos de 4,8 mil imóveis que a empresa aluga serão revistos, verbas publicitárias e de patrocínio serão cortadas e até o horário de funcionamento das agências poderá sofrer alterações. Para o ano que vem, o objetivo é cortar R\$ 1,7 bilhão em gastos e aumentar em R\$ 300 milhões a receita da empresa.

O atual presidente conta que, em reuniões realizadas antes de assumir a gestão da empresa, chegou a ouvir de membros do governo que, se medidas urgentes não fossem tomadas, os Correios poderiam chegar à falência. "Aquilo me chocou bastante, e vi que as coisas eram mais profundas", disse em entrevista.

Queiroz quer contar com a participação dos 120 mil trabalhadores dos Correios para implementar as medidas de ajuste. Nesta terça (8), ele se reuniu com representantes de sindicatos e associações dos empregados e grupos de trabalho foram formados para apresentar soluções até o fim de janeiro.

"Não conseguiremos avançar se não tivermos a participação dos trabalhadores na ponta. Se não nos unirmos para fazer essa reforma, vamos ver os Correios se acabarem", ressaltou.

### **Corte na carne**

Algumas medidas devem afetar diretamente os trabalhadores, como a substituição dos uniformes para atendentes de agências por coletes e a entrega alternada de correspondências pelos carteiros. Queiroz ressaltou também a necessidade da revisão de itens do acordo coletivo com os trabalhadores.

"Existem concessões que extrapolam a condição da empresa hoje. Temos que negociar, porque precisamos fazer cortes", disse.

Para dar o exemplo, o presidente dos Correios decidiu cortar na carne: reduziu o próprio salário e o dos vice-presidentes, além de suspender o reajuste de funções. Ele também dispensou o uso de telefone funcional. "Quem quiser ficar rico que vá para a iniciativa privada", justifica.

Apesar da dificuldade financeira, a hipótese de abrir o capital da empresa para empresas privadas ainda não está no horizonte, segundo Queiroz. "Os Correios são um instrumento de integração social, e se você privatiza, quem entra é para ganhar dinheiro, e essa ação social desaparece. E com isso haveria corte de pessoal, desemprego", disse.

No ano passado, a empresa apresentou um lucro líquido de R\$ 9,9 milhões e, em 2013, o lucro foi de R\$ 800 milhões.

## **Indicador coincidente de desemprego sobe 1,4% em novembro ante outubro, diz FGV**

09/12/2015 – Fonte: EM.com

O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) subiu 1,4% em novembro ante outubro, para 99,0 pontos, na série com ajuste sazonal, informou na manhã desta quarta-feira, 9, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Trata-se do maior nível desde março de 2007 (101,5 pontos). A alta significa que a percepção dos consumidores sobre o mercado de trabalho atual piorou mais uma vez e sugere continuidade do aumento da taxa de desemprego no período.

"O crescimento do ICD mostra que a taxa de desemprego deve continuar em trajetória crescente neste final de ano", destacou o economista Itaiguara Bezerra, pesquisador da FGV, em nota oficial.

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do País atingiu 7,9% em outubro, a maior para o período desde 2007, segundo os dados mais recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A piora nas avaliações sobre o mercado de trabalho na passagem de outubro para novembro ocorreu principalmente entre as famílias que estão nos grupos intermediários, ou seja, com ganhos mensais entre R\$ 2,1 mil e R\$ 4,8 mil e com renda entre R\$ 4,8 mil e R\$ 9,6 mil.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho.

## **Empresários veem melhora no ambiente de negócios em 2017, diz Sinduscon-SP**

09/12/2015 – Fonte: EM.com

A Sondagem Nacional da Indústria da Construção, realizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), indicou que os empresários não se mostram muito confiantes no seu crescimento de médio e longo prazo, embora acreditem em uma melhora no ambiente de negócios a partir de 2017.

De acordo com o presidente da entidade, José Romeu Ferraz Neto, caso a questão política seja resolvida e as reformas das contas públicas comecem a ser aplicadas, já é possível pensar num cenário melhor em 2017. Ele explicou que juros mais baixos e medidas de ajuste fiscal são necessário para isso.

A maioria dos empresários, de acordo com o Sindicato, indicou a necessidade de novos estímulos governamentais para a retomada da economia. De acordo com dirigentes da entidade, são poucas as expectativas de contratação em 2016 na faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, que é um segmento que obtém recursos da União.

Já outras faixas que usam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) como funding têm operado de maneira e eficiente. As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão, em grande parte, paralisadas e com atrasos nos pagamentos para as empresas. Para 2016, a perspectiva ainda é negativa.

Apesar da necessidade de entrada de capital estrangeiro em infraestrutura, os dirigentes disseram que é preciso analisar os países que podem participar do setor, para evitar

"movimentos predatórios". A redução das contratações do Minha Casa, segundo os pesquisadores, deve ter grande influência no desempenho das empresas e piorar ainda mais o nível de atividade.

Comparativamente, a redução dos investimentos públicos em infraestrutura terá efeito mais reduzido sobre os negócios, o que provavelmente está relacionado ao perfil das empresas que participam da pesquisa, majoritariamente voltadas para a área de edificações.

### **Anatel publica aviso sobre inclusão do nono dígito do celular em novas áreas**

09/12/2015 – Fonte: EM.com

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou aviso nesta terça-feira, 8, no Diário Oficial da União para informar que os códigos de acesso do Serviço Móvel Pessoal de algumas áreas serão alterados em 2016, com o acréscimo do número 9 à esquerda dos atuais números.

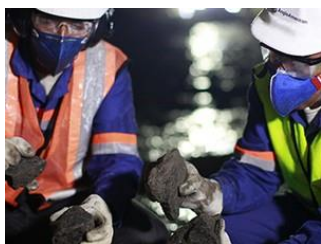
Segundo o texto, as áreas de registro 61 a 69 (Estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e do Distrito Federal) ganharão o nono dígito a partir de 29 de maio de 2016.

As áreas de registro 41 a 49 (Estados do Paraná e Santa Catarina) terão a mudança a partir de 6 de novembro de 2016; e as áreas de registro 51,53, 54 e 55 (Estado do Rio Grande do Sul), a partir também de 6 de novembro de 2016.

De acordo com a Anatel, a partir dessas datas, as ligações marcadas com oito dígitos ainda serão completadas por um tempo determinado, para adaptação das redes e usuários. Depois, gradualmente, haverá interceptações e os usuários receberão mensagens com orientações sobre o novo número.

### **Anglo adia cronograma de expansão de minério de ferro Minas-Rio**

09/12/2015 – Fonte: G1



A Anglo American adiou o cronograma de expansão do sistema de minério de ferro Minas-Rio, informou a mineradora ao mercado nesta terça-feira (8), citando questões relacionadas a licenças em uma apresentação em que lista uma série de cortes devido aos baixos preços da commodity.

A empresa prevê agora atingir a capacidade máxima do Minas-Rio de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro em 2018, ante previsão anterior que indicava o segundo trimestre de 2016.

O primeiro carregamento de minério de ferro do Minas-Rio aconteceu em outubro de 2014, após diversos atrasos contabilizados desde que a Anglo comprou o projeto entre 2007 e 2008, do empresário Eike Batista.

Maior investimento estrangeiro já feito no setor no Brasil até então, o Minas-Rio foi adquirido por cerca de 5,5 bilhões de dólares.

O início da operação foi comemorada com entusiasmo por executivos da empresa, que procuravam deixar para trás o histórico conturbado do projeto e assegurar ao mercado que o novo cronograma seria rigorosamente cumprido.

Entretanto, aconteceu em um cenário de baixos preços do minério, impactados por um excesso de oferta no mercado global, com aumento da produção das gigantes Rio Tinto, BHP Billiton e da brasileira Vale.

O empreendimento conta com um mineroduto de 530 quilômetros de comprimento que, com o uso de água, transporta o produto de mina e unidade de beneficiamento da Anglo em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, no Estado de Minas Gerais, até o Porto do Açu, no Estado do Rio de Janeiro.

O novo cronograma, segundo a Anglo, prevê capacidade de produção em 10 milhões de toneladas neste ano, ante 700 mil no ano passado.

Para 2016, está prevista capacidade de 18 milhões a 21 milhões e, para 2017, de 21 milhões e 23 milhões.

Na apresentação, a empresa explicou ainda que todos os componentes do sistema têm demonstrado desempenho em plena capacidade e que permanece o processo de licenciamento. Também afirmou que continua engajada com autoridades no Brasil.

### **Novos cortes**

A Anglo American anunciou nesta terça-feira que irá vender mais ativos, suspender dividendos até o fim de 2016 e reduzir o número de suas unidades de negócio de seis para três.

A mineradora disse que reduzirá seus ativos em 60% e cortará sua força de trabalho para 50 mil funcionários, ante 135 mil.

Serão formadas três divisões: a De Beers para diamantes, a de Metais Industriais para platina e metais básicos e a de Commodities a Granel, para carvão e minério de ferro.

A reestruturação ocorre semanas após a mineradora anunciar mudanças na administração de suas unidades no Brasil, incluindo a saída do presidente da unidade de negócios de Minério de Ferro no país, Paulo Castellari.

A empresa também vai buscar 4 bilhões de dólares por meio de vendas de ativos, ante uma meta anterior de 3 bilhões de dólares, incluindo a negociação de ativos de nióbio e fosfato.

No Brasil desde 1973, a empresa não deu mais detalhes sobre como os cortes globais poderão afetar os negócios da empresa no país, onde também explora níquel, nióbio e fosfato.

Os baixos preços do minério têm impactado o orçamento de diversas mineradoras. Também nesta terça, a Rio Tinto disse que seu orçamento de investimento em 2016 irá cair em cerca de 500 milhões de dólares, para 5 bilhões de dólares.

A brasileira Vale anunciou na semana passada redução da previsão de investimentos e de produção de minério.



## Fernando Guedes assume Secretaria do Trabalho e Emprego de Curitiba

09/12/2015 – Fonte: G1



O prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), anunciou nesta terça-feira (8) o nome do novo secretário municipal do Trabalho e Emprego. Fernando Guedes assume a vaga que havia sido deixada pela vice-prefeita Mirian Gonçalves (PT) no início do mês.

A vice-prefeita deixou a secretaria, que ocupava desde o início do mandato, em 2013, após a aprovação da candidatura de um representante do PT para a Prefeitura de Curitiba em 2016.

Fernando Guedes é engenheiro e exercia o cargo de coordenador de Relações com a Comunidade.

Antes, já havia sido secretário de Relações com a Comunidade na gestão do ex-prefeito Luciano Ducci (PSB), e de Esporte e Lazer na administração de Cássio Taniguchi (DEM).

## Inflação de dois dígitos. E agora?

09/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Índices de preço ultrapassam o patamar dos 10% e devem seguir pressionados em 2016. Série com cinco capítulos mostra como a alta generalizada e persistente dos custos agrava a crise econômica

Introdução: Por que os preços subiram tanto?

### **Os vilões da escalada da inflação**

Disparada dos preços administrados, como energia e combustíveis, levou o IPCA a romper a barreira dos dois dígitos em cinco capitais; índice não fecha o ano acima de 10% desde 2002

Quanto vale o seu dinheiro? Em tempos de inflação em alta, essa resposta muda a todo instante; entenda como funcionam os índices de preço.

2015 está sendo um ano de "tarifaço". Os chamados preços administrados são os principais responsáveis pela volta da inflação ao patamar de dois dígitos - o que não se via há 13 anos. Esses itens controlados pelo governo - como energia, gasolina, gás de cozinha e plano de saúde - devem encerrar o ano com uma alta média de quase 18%. Apenas a eletricidade subiu 49,03% até outubro.

Com isso, o IPCA já ultrapassou a barreira dos 10%, no acumulado em 12 meses até outubro, em cinco capitais: Goiânia, São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre e Curitiba. O IPCA-15, considerado uma prévia do índice oficial, também superou os dois dígitos na medição de novembro. E o mesmo ocorreu com o IGP-M, índice que reajuste os aluguéis.

**LEIA A ENTREVISTA:** 'Queda da inflação vai ser modesta' Estabelecidos por contrato ou por órgão público, os preços administrados ficaram represados entre 2012 e 2014. O governo só tirou o atraso esse ano, após a mudança na equipe econômica. O problema é

que esses itens têm o poder de puxar todos os preços da economia para cima, do pãozinho ao cabeleireiro, e isso dá início a uma espiral inflacionária.

“Essa inflação de dois dígitos é, na verdade, uma correção de preços. Havia uma série de reajustes que não haviam sido dados e que, em algum momento, teriam de entrar na conta”, comenta Maria Andreia Parente Lameiras, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Vilões da inflação Itens controlados pelo governo tiveram fortes reajustes esse ano acumulado em 12 meses.

O economista do Itaú Unibanco Elson Teles explica que o reajuste dos itens represados causou um forte repasse para os preços dos serviços, que subiram 8,34% até outubro. “A energia teve um impacto muito forte nos custos, o que aumentou a pressão inflacionária”, destaca Teles.

O efeito disso é que, mesmo com a economia desaquecida, os preços do setor não dão tregua. “Essa inflação de serviços só vai ceder quando a crise se aprofundar no mercado de trabalho”, prevê Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

**Fiscal.** O desequilíbrio nas contas públicas, segundo os especialistas, também contribuiu para a escalada dos preços em 2015. Isso ocorre porque o aumento dos gastos do governo injeta dinheiro na economia, o que estimula a demanda e, por fim, acaba gerando inflação na ponta da cadeia.

Mais do que o aumento dos juros, portanto, a redução das despesas públicas seria hoje o melhor instrumento de controle de preços. Isso é o que defende o professor do Insper João Luiz Mascolo: “Só há uma saída, que é dar um forte corte nos gastos públicos. Mas, com esse clima no Congresso, de impeachment, como o governo pode fazer isso?”

Inflação no ano Desde que o Brasil adotou o regime de metas de inflação, em 1999, o teto só foi estourado em 2001, 2002 e 2003 em porcentagem



Com uma base de apoio fragilizada, a presidente Dilma Rousseff não teve condições de aprovar as principais medidas de ajuste e, com isso, a dívida bruta do setor público já alcança 66,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

A deterioração das contas e a crescente instabilidade política tiveram sérias consequências. Entre elas, o rebaixamento da nota de crédito pelas agências de classificação de risco. Na avaliação da Standard & Poor's, o Brasil já faz parte do grau especulativo.

Isso gerou forte saída de dólares do País e a cotação da moeda americana disparou - chegando a bater R\$ 4,14 em setembro. Apenas esse ano, a divisa acumula valorização de cerca de 40%. Logo, importar máquinas e insumos ficou bem mais caro, o que foi repassado diretamente ao consumidor.

E em 2016, a expectativa é de que a inflação siga pressionada, podendo fechar, novamente, acima do teto da meta, de 6,5%. Elson Teles, do Itaú, afirma que um pedaço do ajuste dos preços administrados permanecerá no próximo ano, apesar de não ter a mesma magnitude.

“Estamos projetando uma taxa de 7% (para o IPCA), mas depende de fatores como o câmbio”, pondera Teles. Os analistas consultados semanalmente na pesquisa Focus veem a inflação a 6,64% no ano que vem e até o Banco Central, na última ata do Copom, admitiu que a busca pelo centro da meta ficou apenas para 2017.

### **Com o rompimento da meta, BC terá de se explicar**

Em 1999, o governo federal adotou o sistema de metas de inflação para dar um sinal claro ao mercado.

O objetivo era apontar o quanto de variação do IPCA o Banco Central estava disposto a tolerar. Desde então, em caso de descumprimento da meta, o presidente do BC deve justificar publicamente os motivos que levaram a isso.

A carta aberta deve conter uma descrição detalhada das causas que levaram ao estouro do teto, seguida de uma lista de providências para que a inflação retorne aos limites estabelecidos. Por fim, é preciso que o presidente do BC apresente um prazo para que tais providências surtam efeito.

Em 17 anos, presidentes do BC tiveram de redigir esta carta aberta, encaminhada ao ministro da Fazenda, em três ocasiões. Em 2001, Armínio Fraga justificou a Pedro Malan que o teto da meta, de 6%, havia sido estourado em 1,7 ponto percentual devido a “choques externos e internos” que atingiram a economia brasileira.

No ano seguinte, foi a vez de Henrique Meirelles explicar a Antonio Palocci. Apesar de o IPCA não ter sido estourado durante a gestão de nenhum dos dois, a carta foi redigida apenas em janeiro de 2003, quando Fraga e Malan já haviam deixado o governo. No texto, Meirelles explica que houve uma “crise de confiança” na economia brasileira em 2002 devido à corrida presidencial, a qual levou Lula ao poder.

Já em 2003, o IPCA fechou em 9,3%, acima do limite ajustado de 8,5%. Originalmente, o teto estava estabelecido em 6,5%, mas uma resolução do BC elevou o limite em dois pontos percentuais.

Mesmo assim, a inflação estourou e Meirelles teve de dar novas explicações a Palocci. Esse ano, o atual presidente do BC, Alexandre Tombini, se prepara para fazer o mesmo.

Plano Real: lembre como o Brasil domou a inflação



### **‘Queda da inflação vai ser modesta para o esforço que o BC está se fazendo’, afirma Gustavo Loyola**

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola define a inflação elevada como um imposto sobre o mais pobre, um ônus para a economia e uma fonte de incerteza.

Na avaliação dele, a perspectiva de queda dos índices de preço prevista para 2016 será bastante modesta diante do esforço que tem sido feito pela autoridade monetária com as sucessivas altas do juro.

A expectativa dos analistas é de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) volte a superar o teto da meta no ano que vem, apesar de a Selic ter praticamente

dobrado em um período de três anos. "Estamos num momento em que a eficácia do remédio é muito baixa", diz ele.

Loyola acredita que o controle inflacionário está diretamente ligado a uma solução para o imbróglio político. "É preciso ter alguma recuperação do cenário fiscal, que vem de uma melhora da governabilidade." Na visão do economista, o País tem hoje um governo que "basicamente não existe". A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao **Estado**.

Quais as principais consequências dessa inflação de dois dígitos para a economia brasileira? Pelo lado do consumidor, a aceleração da inflação reduz o poder de compra. Os mais pobres acabam tendo uma renda mais sujeita a esse imposto inflacionário.

Existe alguma proteção para quem recebe a transferência do governo, porque tem a indexação do salário mínimo, mas uma camada da sociedade sofre diretamente. E esse grupo acaba consumindo menos e causando um efeito negativo na atividade econômica. A inflação também afeta os empresários.

Quando uma empresa tem de planejar a sua produção e os investimentos, no contexto inflacionário, é muito mais difícil, porque ela tem dificuldade em perceber por quanto vai vender e comprar e quanto vai custar determinado investimento.

A inflação é um imposto sobre o mais o pobre, um ônus sobre a economia do ponto de vista real, e é também uma fonte de incerteza.

Nos últimos anos, a equipe econômica está com dificuldade para manter a inflação dentro da meta. Por quê? A gente tem que ver as características do Brasil. A inflação brasileira, mesmo no período pós-Real caiu muito, mas na comparação internacional ela sempre foi um pouco mais alta.

O Brasil nunca se livrou totalmente de uma certa inércia inflacionária. Em 2015, também há um outro aspecto perverso. Parte dessa inflação vem do fato de o governo ter reprimido o aumento dos preços no passado, os preços administrados. Isso causou enormes prejuízos no setor elétrico e para a Petrobrás. Eu chamo isso de populismo tarifário.

Como o sr. vê a atuação do Banco Central no combate à inflação? No Brasil, a gente tem que tomar o remédio anti-inflação (alta dos juros), que é recessivo. Só que esse remédio está agindo de uma maneira muito lenta. Apesar de o juro real estar onde está e da recessão, a perspectiva de queda de inflação para 2016 é muito modesta diante do esforço que está sendo feito.

O BC está isolado no combate à inflação? Após o regime de metas, a inflação caiu mais quando o câmbio se apreciou. Já no momento em que há uma depreciação do câmbio, aumenta a pressão inflacionária.

Por isso, é preciso fazer uma conexão com o aspecto político. Parte da depreciação do câmbio tem a ver com a incerteza política, que aumenta o prêmio de risco do País e deprecia a moeda. Aí também entra a questão fiscal. Eu digo que a solução da crise brasileira, que é inflacionária e de crescimento, passa necessariamente pela política.

O sr. vê o risco de a inflação ficar acima do teto da meta por muitos anos? Não estamos condenados a isso. É possível ter uma trajetória de queda da inflação ao longo dos próximos anos. Como eu disse, isso pressupõe uma melhora na questão política em 2016.

Independentemente de traçar um cenário aqui – com Dilma ou sem Dilma, isso é outra discussão – é preciso ter alguma recuperação do cenário fiscal, que vem de uma melhora da governabilidade. Estamos vivendo um governo que basicamente não existe.

O sr. acredita que o País está vivendo a dominância fiscal? Eu acho que não. As fronteiras do que é dominância não são muito claras. A dominância fiscal ocorre quando o sinal da política monetária fica trocado. Ou seja, o que se espera quando se aumenta os juros é que a inflação caia.

Na dominância, isso não ocorre. Eu não acredito que a gente esteja nisso, mas acredito que estamos num momento em que a eficácia do remédio é muito baixa. O que eu acho, ao lado de outros economistas, é que estamos muito próximos disso.

No lado do consumidor, o sr. mencionou a perda do poder de compra. Isso demora para ser recuperado? Você consegue deter a queda, e aí vai recompondo. Mas a recomposição depende, em parte, da recuperação da economia.

Se a inflação diminui, é possível ter a melhor previsibilidade sobre o futuro, as famílias começam a consumir mais, tomar crédito. Os empresários têm planejamento.

## Anglo American vai demitir metade dos funcionários e cortar distribuição de lucros

09/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A mineradora Anglo American divulgou nesta terça-feira, 8, planos para uma grande reestruturação em seus negócios, que segundo a companhia resultará no corte de 85 mil empregos, o equivalente a mais de 50% da força de trabalho.

O plano inclui a venda de ativos, grandes reduções de custos e a suspensão no pagamento de dividendos, em uma tentativa para enfrentar a forte queda nos preços das commodities, em uma das mais drásticas reestruturações de uma grande mineradora, diante da queda nos preços das commodities e da desaceleração na demanda da China.

A mineradora britânica, a quinta maior do setor no mundo em valor de mercado, disse que planeja reduzir seu portfólio de ativos em 60%, para se concentrar em um número menor de ativos, que possam gerar caixa, em meio ao ciclo do preço das commodities.

A companhia disse que a venda de ativos e o fechamento de negócios não lucrativos a deixará com uma força de trabalho de 50 mil, de 135 mil atualmente. Os cortes de empregos são bem maiores que os anunciados em julho, quando ela previu fechar 53 mil vagas.

A redução na folha de pagamento será realizada ao longo de vários anos, com expectativa de que a força de trabalho total seja reduzida para 92 mil por volta de 2017, disse a companhia. Ela não informou quando pretende chegar aos 50 mil.

O executivo-chefe da empresa, Mark Cutifani, disse que a melhor resposta para os acionistas é tornar a empresa menor, mas com um portfólio de alta qualidade. A Anglo disse que consolidará seu negócio em três unidades, das seis atuais, e aumentará o montante de ativos que pretende vender para o equivalente a US\$ 4 bilhões, do mínimo anterior de US\$ 3 bilhões, incluindo a venda de seus negócios de fosfatos e nióbio.

A companhia também disse que estava suspendendo o pagamento de dividendos para o segundo semestre deste ano e para o próximo ano, enquanto corta gastos de capital significativamente a fim de fortalecer seu balanço. O Wall Street Journal informou que a

companhia planejava cortar seu dividendo por causa da forte queda nos preços das commodities. "Ninguém gosta de suspender um dividendo", disse Cutifani. "Nós achamos que esta é a coisa certa a fazer, para garantir que a companhia permaneça em boa forma." Após os anúncios, a ação da Anglo American fechou em queda de 11,3%.

Analistas do Citigroup disseram em nota que a reestruturação radical parece ser a ampliação de um plano de reestruturação já existente, em linha com as expectativas. Porém eles notaram que permanecem preocupados com o cronograma da empresa para atingir essas metas.

## **Vendas caem 30% e Kia Motors fecha 55 revendas**

09/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A Kia Motors, maior importadora de veículos do País, deve registrar este ano queda de mais de 30% nas vendas em relação a 2014, para 16 mil unidades. O grupo Gandini, representante da marca coreana, chegou a vender 77 mil carros em 2011, mas, desde então, os negócios registram baixas consecutivas, o que levou ao fechamento de 55 revendas nos últimos meses.

O grupo opera hoje com 125 concessionárias em todo o País, mas já teve 180, informa José Luiz Gandini, presidente da Kia Motors do Brasil.

Os negócios da marca já estavam em baixa desde 2012 – quando o governo estabeleceu uma taxa extra de 30 pontos percentuais de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados –, e se agravaram neste ano com a forte valorização do dólar em relação ao real, que já acumula 43% de alta.

Ao todo, o mercado de carros importados caiu 34,8% de janeiro a novembro, para 55.058 unidades, segundo a Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa).

Já as vendas de veículos novos nacionais apresentam, no mesmo período, retração de 23,7%, para 1,964 milhão de unidades, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

**Cotas.** A medida que estabeleceu a sobretaxação do IPI também estipulou, para todas as marcas, cota de 4,8 mil veículos que podem ser importados sem o tributo extra. A Kia é a única marca que extrapolou o limite, pagando assim alíquota maior de IPI (de 37% a 55%), mas, segundo Gandini, "não dá mais para vender fora da cota".

Ele afirma que o grupo opera com "grande prejuízo", pois não consegue repassar a alta do dólar aos preços, por causa da concorrência com carros nacionais e da baixa demanda do mercado em razão da crise.

Ao contrário, para atender metas de venda, a Kia reduziu preços neste mês. O preço do utilitário Sportage, por exemplo, caiu de R\$ 106,9 mil para R\$ 95,9 mil. O sedã Cerato baixou de R\$ 76,9 mil para R\$ 69,9 mil.



Gandini voltou a insistir na necessidade de o governo rever as cotas, pois diz ser o único prejudicado com a medida, já que os demais importadores não atingem o limite estabelecido. Em recente encontro com o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, ele sugeriu uma nova cota com base na média de venda de cada marca nos últimos três anos.

“Do jeito que está, eu tenho a mesma cota de uma marca que tem apenas uma revenda”, diz ele, referindo-se a fabricantes de veículos de alto luxo, como a Ferrari.

**Previsões.** O executivo acredita que o mercado continuará em declínio no próximo ano. “Não acredito em vendas superiores a 2 milhões de veículos no mercado total”, afirma. Se confirmado, será uma queda de até 20% em relação aos números previstos para este ano, de cerca de 2,5 milhões de unidades. Projeções semelhantes já foram feitas por executivos da Ford e da General Motors.

“É possível que em 2016 a gente sinta saudade de 2015”, afirma Gandini. Ele não declara abertamente, mas deu a entender que apoia o impeachment da presidente Dilma Rousseff ao demonstrar simpatia pelo vice-presidente Michel Temer.

Apesar do cenário ruim, Gandini prevê alta de vendas da marca em 2016, para 21 mil veículos. Ele passará a importar carros do México, país que mantém acordo automotivo com o Brasil isentando a troca de veículos do Imposto de Importação, que é de 35% e da taxa maior de IPI. Hoje, todos os modelos vêm da Coreia do Sul.

“Com isso, poderemos recuperar uma parte do mercado”, diz o executivo. A Kia vai iniciar produção no México em março em uma fábrica com capacidade anual para 300 mil veículos. O projeto consumiu investimentos de US\$ 3 bilhões. O primeiro modelo a ser fabricado no local é o novo Cerato, que será exportado para o Brasil a partir de junho na versão flex.

No fim do ano, entrará em produção o compacto Rio, que também virá para o mercado brasileiro em versão flex, para competir com modelos como o Hyundai HB20.

Em 2017, será a vez de um utilitário de pequeno porte, cujo projeto é conhecido como kx3, que vai concorrer na faixa do Honda HR-V, Jeep Renegade e Ford EcoSport.

**Geely.** O grupo Gandini também é representante no País da marca chinesa Geely, que há dois anos dava como certa a construção de uma fábrica local. “Agora este projeto está engavetado”, informa Gandini. “Não acredito em vendas superiores a 2 milhões de veículos no mercado total em 2016”.

## **Empresário teme mais carga tributária**

09/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Prestes a enviar ao Congresso a reforma de um dos tributos mais complexos do País, o PIS, o governo foi pressionado nesta terça-feira, 8, por empresários dos ramos de serviços, comércio e construção civil a não aumentar a carga tributária. Os empresários temem que o governo aproveite a proposta de simplificação do tributo para embutir um aumento de impostos.

“Hoje há alíquotas diferentes, diversos regimes específicos, bases de cálculo distintas, redutores, valores agregados. Esses impostos são muito complexos, além de altos, o que dificulta muito a atividade produtiva no Brasil. A simplificação é bem-vinda, mas sem mais aumentos de tributos”, disse Adelmir Santana, presidente da Federação de Comércio de Bens e Serviços do Distrito Federal.

**Mobilização nacional.** Os empresários promoveram nesta terça-feira em Brasília uma nova rodada do movimento chamado “Mobilização Nacional contra o Aumento do

PIS/Cofins”, que já percorreu outras capitais. No seminário desta terça, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, ouviu críticas de diversos empresários, receosos que não seja cumprida a promessa federal de que a simplificação do PIS não representará aumento de impostos.

Rachid é o principal responsável pela proposta de mudança no PIS, que foi encaminhada à Casa Civil na segunda-feira, antes de chegar ao Congresso Nacional.

“Não podemos mais ter nenhum aumento de impostos, estamos no limite”, disse Eduardo Levy, presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel). Já Luiz Carlos Botelho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF (Sinduscon-DF), pediu “transparência” do governo. “A sociedade não conhece nada do projeto, que vai ao Congresso ainda em mistério.”

Rachid defendeu a proposta federal e foi enfático ao dizer que o governo não vai usar a reforma do PIS e, posteriormente, da Cofins, para aumentar a arrecadação. “Não queremos, com a reforma, cobrar nem mais nem menos.

Se cobrar menos, podemos quebrar o Estado, na atual situação. Se cobrarmos mais, geraremos distorções no País. Então nosso objetivo é que a reforma no sistema, com as novas alíquotas e as novas regras, tenham impacto neutro”, disse Rachid.

**União de tributos.** O secretário disse que o governo decidiu começar pela reforma do PIS, que rende cerca de R\$ 50 bilhões por ano, e depois simplificar a Cofins, que rende mais de R\$ 150 bilhões anuais ao governo.

O plano final é de unir os dois tributos, simplificados, em um único tributo sobre o valor agregado, uma espécie de IVA, tal qual existe na maior parte dos países desenvolvidos, disse Rachid.

“Não é verdade que vamos aumentar a carga tributária. Não vamos aumentar. Podemos até dobrar as alíquotas, se mudarmos a base de cálculo. Um tributo de 10% sobre uma base 100 é o mesmo que um de 20% sobre uma base de 50.

Se olhar somente para a alíquota, o empresário pode achar que o imposto dobrou, mas depende da base. Por isso não vamos falar agora de alíquotas, queremos explicar a nova sistemática”, afirmou.

## **Inflação para os mais pobres é mais pesada do que a oficial**

09/12/2015 – Fonte: R7



A inflação para os mais pobres tem alta mais forte do que a da inflação oficial. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que mede a alta dos preços para as famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos, apresentou variação de 1,11% em novembro e ficou 0,34 p.p. acima do resultado de 0,77% de outubro.

Com isso, o acumulado no ano fechou em 10,28%, bem acima da taxa de 5,57% relativa a igual período de 2014. Considerando os últimos 12 meses, o índice está em 10,97%, acima dos 10,33% relativos aos 12 meses anteriores. Em novembro de 2014 o INPC foi 0,53%.

Os produtos alimentícios apresentaram variação de 1,98% em novembro, enquanto em outubro foi 0,80%. O agrupamento dos não alimentícios teve variação 0,73% em novembro, abaixo dos 0,76% de outubro.

Dentre os índices regionais, o mais elevado ficou com Goiânia (1,69%), onde os alimentos consumidos em casa tiveram alta de 4,37%. O menor índice foi registrado em Brasília (0,75%) devido, principalmente, à queda de 0,73% nos alimentos consumidos fora de casa.

O INPC, calculado pelo IBGE desde 1979, se refere às com rendimento monetário de 1 a 5 salários mínimos, sendo o chefe assalariado, e abrange dez regiões metropolitanas do país, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande e de Brasília.

Para cálculo do índice do mês foram comparados os preços coletados no período de 28 de outubro a 27 de novembro de 2015 (referência) com os preços vigentes no período de 29 de setembro a 27 de outubro de 2015 (base).

## **Desemprego sobe, mas diminui pessimismo do mercado de trabalho, diz FGV**

09/12/2015 – Fonte: R7



Apesar de o desemprego permanecer alto e subindo, a perspectiva para o emprego não é tão pessimista, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira (9) pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O ICD (Indicador Coincidente de Desemprego) subiu 1,4% em novembro, alcançando 99 pontos. O resultado sucede duas altas e sinaliza continuidade na tendência de aumento do desemprego observada nos últimos meses. No ano, o ICD acumula 34,5% de alta.

Já o IAEmp (Indicador Antecedente de Emprego) avançou em novembro, ao variar 4,8%, atingindo 68,2 pontos. Com o resultado, o indicador de médias móveis trimestrais apresentou crescimento, mas ainda representa uma acomodação em relação às fortes altas observadas nos meses anteriores. No acumulado anual, o indicador apresenta perda de 10,3%.

“O crescimento do ICD mostra que a taxa de desemprego deve continuar em trajetória crescente neste final de ano”, afirma Itaiguara Bezerra, economista da FGV/IBRE. Ainda segundo o economista, “a melhora do IAEmp deve ser analisada com cautela, por ter sido influenciada em novembro pela diminuição do pessimismo com o mercado de trabalho por parte do consumidor e não como uma intenção de aumento do contingente de mão de obra por parte dos setores produtivos. O movimento representa uma atenuação da tendência de queda do total de pessoal ocupado na economia brasileira no curtíssimo prazo, mas é ainda suficiente para sinalizar uma nova tendência”.

### **Destaques**

No caso do ICD, as classes que mais contribuíram para a variação do índice foram aquelas com renda entre R\$ 4.800 e R\$ 9.600 entre R\$ 2.100 e R\$ 4.800.

Os indicadores que mais contribuíram para a alta do IAEmp no mês foram os que mensuram a situação atual dos negócios para os próximos seis meses, na sondagem da indústria, e a

perspectiva dos consumidores de encontrar emprego futuro na própria região, na sondagem do consumidor.

## **Planalto sanciona lei que flexibiliza pagamento de dívidas tributárias**

09/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que estimula o pagamento de dívidas tributárias pelas empresas a partir da possibilidade de parcelamento e redução da fatia de tributos devidos a ser paga em dinheiro.

A decisão foi publicada nesta quarta-feira (9) no "Diário Oficial da União", com apenas um veto, referente à participação de entidades de saúde filantrópicas ao chamado Prorelit (Programa de Redução de Litígios Tributários).

O trecho vetado afirma que "o Ministério da Saúde não poderá indeferir o pedido de adesão por inaptidão do plano de capacidade econômica e financeira ou excluir a entidade do Prosus [programa que trata do perdão de dívidas das filantrópicas] enquanto não forem repassados à entidade os recursos financeiros necessários ao incremento da oferta da prestação de serviços".

O artigo foi retirado da lei a pedido dos ministérios da Saúde e da Fazenda. O argumento é de que o texto iria "afastar" da pasta da Saúde "o controle sobre certos critérios de adesão e manutenção de entidades no programa".

Em julho, quando o programa foi lançado pela Receita Federal, a estimativa do governo era arrecadar R\$ 10 bilhões com o Prorelit neste ano. O programa vale para dívidas vencidas até o dia 30 de junho de 2015 e para prejuízos fiscais (perdas com tributos registradas em balanço) apurados até o final de 2013.

## **Nove Associações do Aço apresentam para governantes motivos contra o reconhecimento da China como economia de mercado**

09/12/2015 – Fonte: Instituto Aço Brasil

A American Iron and Steel Institute, a Steel Manufacturers Association, a Canadian Steel Producers Association, CANACERO (Associação Mexicana do Aço), o Alacero (Associação Latino Americana de Ferro e Aço), a EUROFER (Associação do Aço da Europa), o Instituto Aço Brasil, a Turkish Steel Producers Association e o Committee on Pipe and Tube Imports apresentaram para representantes dos Governos, na semana passada, em Paris, os impactos negativos para a indústria do aço caso haja o reconhecimento da China como economia de mercado em dezembro de 2016.

A apresentação, realizada durante reunião do Comitê do Aço da OCDE, em 01/12, mostrou a continuidade do forte papel do Estado na economia chinesa, o crescimento do excesso de capacidade de aço no mundo, assim como o aumento das exportações chinesas nos últimos anos.

Representantes das 09 associações do aço detalharam as consequências negativas numa eventual concretização do reconhecimento da China como economia de mercado antes dessas variáveis serem resolvidas.

Além disso, uma avaliação jurídica foi apresentada por Alan Price da Wiley Rein LLP, demonstrando que os países participantes da Organização Mundial do Comércio (OMC) foram autorizados a continuar usando as mesmas documentações em processos anti-dumping, ou seja, que não reconhecem a China como economia de mercado, até que os chineses comprovem que seguem as regras de um mercado aberto.

Dada a continuidade do papel significativo do Estado chinês em muitos aspectos-chave de sua economia, especialmente na participação estatal na indústria do aço na China, não há dúvidas que aquele país não é uma economia de mercado.

Para a indústria do aço, o tratamento da China como economia de mercado no final do próximo ano vai coincidir com o pico do excesso de capacidade de produção e níveis recordes de exportação, incluindo Estados Unidos, União Européia, Turquia e América Latina.

As associações nacionais e regionais de aço continuam a pedir aos governos de todo o mundo que façam avaliações profundas do papel do Estado na economia chinesa e especialmente na indústria do aço, bem como o impacto disso sobre as indústrias ao redor do mundo, caso a China seja reconhecida como uma economia de mercado antes de fazer as reformas necessárias para assegurar que seja realmente uma economia aberta.

### **Contatos das Associações Nacionais e Regionais:**

AISI - Lisa Harrison, lharrison@steel.org

SMA - Phil Bell, bell@steelnet.org

CSPA - Joe Galimberti, j.galimberti@canadiansteel.ca

CPTI - Tamara Browne, tbrowne@schagrinasociates.com

Canacero - Salvador Quesada, squesada@canacero.mx

Alacero - Rafael Rubio, rrubio@alacero.org

EUROFER - Charles de Lusignan, charles@eurofer.be

Turkish Steel Producers Association - Veysel Yayan, veyselyayan@celik.org.tr

Brazil Steel Institute - Débora Oliveira, [debora.oliveira@acobrasil.org.br](mailto:debora.oliveira@acobrasil.org.br)

### **Exportações mineiras em queda**

09/12/2015 – Fonte: Instituto Aço Brasil

As exportações mineiras acumulam queda de 25,04% entre janeiro e novembro na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. As vendas externas movimentaram US\$ 20,280 bilhões nos primeiros 11 meses de 2015, ante US\$ 27,053 bilhões em 2014. O superávit da balança comercial recuou 29,1% no período. As informações são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Somente em novembro, os embarques do Estado geraram uma receita de US\$ 1,616 bilhão. O montante é 18% inferior ao registrado no mesmo mês de 2014, quando totalizou US\$ 2,051 bilhões.

A queda na receita com as vendas externas em Minas Gerais é puxada pela retração nos preços internacionais de algumas commodities, principalmente o minério de ferro, que responde pela maior parte dos embarques.

De acordo com os dados do ministério, a receita com as exportações de minério recuou 48,09% entre janeiro e novembro, ante igual intervalo do ano passado. A movimentação financeira com o comércio do insumo siderúrgico passou de US\$ 10,902 bilhões nos primeiros 11 meses do exercício passado para US\$ 5,659 bilhões.

Por outro lado, em volume, as exportações de minério de ferro aumentaram 7,3% no período. Foram 165,804 milhões de toneladas nos primeiros 11 meses deste ano, ante 154,514 milhões de toneladas em 2014.

A disparidade entre os desempenhos do preço e do volume pode ser explicada pela retração na cotação internacional do minério. A commodity mineral já perdeu mais da metade do valor no intervalo de apenas um ano em função da perda de ritmo da demanda chinesa e da sobreoferta no mercado internacional.

A retração na receita também é registrada nas exportações de café, segundo principal item da pauta mineira. As vendas externas do grão movimentaram US\$ 3,345 bilhões entre janeiro e novembro. O valor é 9,28% inferior ao apurado em igual período do exercício passado (US\$ 3,687 bilhões).

Importações – Conforme as informações do Mdic, as importações mineiras caíram 18,06% no acumulado do ano até novembro na comparação com o mesmo intervalo do ano passado. Os desembarques movimentaram US\$ 8,261 bilhões, contra US\$ 10,082 bilhões nos primeiros 11 meses de 2014.

Em novembro, as compras externas atingiram US\$ 758,876 milhões. O montante é 0,88% menor do que o registrado no mesmo mês do ano passado, quando somou US\$ 1 bilhão.

Os desembarques de carvão mineral, utilizado pelas usinas siderúrgicas, caíram 9,95% na mesma base de comparação. As importações da commodity, principal item da pauta estadual, movimentaram US\$ 450,209 milhões, ante US\$ 476,206 milhões em 2014.

Em volume, os desembarques atingiram 4,027 milhões de toneladas. Isto representa incremento de 7,5% em relação ao mesmo período do ano passado, quando totalizou 3,744 milhões de toneladas.

Saldo - O saldo da balança comercial mineira ficou positivo em US\$ 12,019 bilhões no acumulado do ano até novembro. O montante é 29,1% superior ao registrado em igual intervalo de 2014, quando somou US\$ 16,971 bilhões.

Ainda conforme as informações do ministério, a corrente do comércio totalizou US\$ 26,165 bilhões nos primeiros 11 meses de 2015, contra US\$ 40,329 bilhões. Isto representa queda de 35% no período.

## **Financiamento do BNDES a empresas caiu 0,5% em outubro**

09/12/2015 – Fonte: Contábeis.com

Esta é a primeira queda na margem após três meses seguidos de alta – essa carteira tem forte relação com o comportamento do câmbio.

Os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas caiu 0,5% de setembro para outubro, somando um total de R\$ 623,303 bilhões, conforme dados do Banco Central apresentados nesta sexta-feira (27/11). Nos primeiros dez meses do ano, a expansão está em 4,7% e, em 12 meses, de 10,1%.

Esta é a primeira queda na margem após três meses seguidos de alta. Essa carteira tem forte relação com o comportamento do câmbio. Em setembro, o dólar havia subido, mas recuou em outubro.

Em setembro, houve alta de 6,0% nas linhas de capital de giro (R\$ 13,653 bilhões), queda de 0,7% no financiamento ao investimento (R\$ 597,208 bilhões) e alta de 0,1% nas modalidades para o setor rural (R\$ 12,442 bilhões) por parte do banco de desenvolvimento.

Para pessoas físicas, o crédito do BNDES avançou 0,7% em setembro, para R\$ 45,492 bilhões. As altas no ano até o mês passado e em 12 meses foram de, respectivamente, 5,3% e 9,0%.

Nessa conta entram operações contratadas diretamente com o BNDES ou realizadas por outras instituições financeiras por meio de repasses.



## **Brasil montará 1,28 milhão de motos em 2016**

09/12/2015 – Fonte: Automotive Business



A produção de motos em 2016 deve ficar em cerca de 1,28 milhão de unidades. O número foi projetado pela Abraciclo, associação que reúne os fabricantes do setor. Esse total seria 0,8% melhor que o estimado para 2015, em que as fabricantes devem montar cerca de 1,27 milhão de motocicletas.

O quarto ano seguido de retração registrado em 2015 fez a indústria de Manaus recuar a um patamar inferior ao de 2006, ano em que 1,4 milhão de motos foram montadas. Cai também o nível de emprego. Os 21 mil postos de trabalho registrados em 2011, ano-recorde em produção, recuaram para 16 mil.

Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, não descarta novos cortes no ano que chega: "A produção no primeiro trimestre de 2016 será comprometida por causa de estoques elevados na rede e nas fábricas", diz.

Em suas projeções, a Abraciclo acredita em 1,26 milhão de unidades, o que resultaria em variação positiva de 0,4% sobre 2015, ano que caminha para 1,255 milhão. A expectativa mais otimista é para as exportações, alta de 2,7% ou 75 mil unidades.

## **Hyundai cogita desenvolver chip para carro autônomo**

09/12/2015 – Fonte: Automotive Business

A Hyundai estuda a possibilidade de desenvolver e produzir internamente os chips e sensores necessários para carros autônomos. Dessa forma, a companhia teria domínio sobre tecnologias essenciais para que o automóvel circule sem participação tão ativa do motorista. A informação é da agência Bloomberg.

Atualmente a empresa, assim como a maioria das montadoras, compra estes componentes de fornecedores. A fabricante de automóveis da Coreia do Sul espera que os carros totalmente autônomos cheguem ao mercado em 2030.

O objetivo é garantir mais segurança ao evitar colisões por erro do condutor. Até lá, o presidente da companhia, Kim Dae Sung, aponta que a Hyundai trabalha no desenvolvimento de carros com nível elevado de automação, mas ainda com dependência importante das decisões do motorista.

## **Movimento de inovação liderado pela CNI é reconhecido como uma das seis melhores iniciativas de competitividade no mundo**

09/12/2015 – Fonte: Agência de Notícias CNI

A experiência da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) - movimento de empresários brasileiros liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) - foi apontada pela publicação anual da Federação Global dos Conselhos de Competitividade (GFCC, sigla em inglês para *Global Federation of Competitiveness Councils*) como uma das seis melhores práticas entre estratégias de competitividade no mundo. A GFCC reúne cerca de 30 agências

de desenvolvimento e organizações similares dos Estados Unidos, Brasil, Coreia do Sul, Canadá, Índia, Japão e Reino Unido. No Brasil, tem entre suas associadas a CNI.

Para 2016, já estão definidos os temas prioritários para a agenda de ação. Veja quais são:

Melhoria do Marco Institucional da Inovação;
Melhoria do Marco Regulatório da Inovação;
Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Financiamento à Inovação;
Garantia de Recursos Humanos Qualificados para a Inovação;
Inserção Global via Inovação;
PD&I para PMEs e Startups.

A MEI é citada ao lado de outras seis experiências adotadas nos Estados Unidos, Emirados Árabes, Rússia, Irlanda e Coreia do Sul. O destaque foi dado à capacidade de articulação entre representantes de mais de 120 companhias inovadoras e atores públicos (entre eles, Presidência da República, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) no diálogo sobre as pautas para promoção das políticas de inovação.

O diretor-executivo da GFCC, Roberto Alvarez, afirma que a entidade compreende a competitividade a partir de dois pilares, um relacionado a custo e o outro a valor. "A MEI foi identificada como o principal fórum brasileiro sobre inovação.

Por isso ela cria valor para a economia e então recebeu o destaque", revela. O documento que destaca a experiência foi apresentado na última reunião do GFCC realizada na Arábia Saudita, em novembro.

Na avaliação do superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Paulo Mól, a citação é resultado de um trabalho árduo para integrar a defesa de interesses da indústria na área de inovação e apresentá-la ao poder público. "A MEI se tornou um dos fóruns mais bem sucedidos de diálogo entre os setores público e privado", considera.

**RESULTADOS DE SUCESSO** - Nos últimos sete anos, a MEI tem reunido iniciativas e apresentado propostas estruturantes para a melhoria do ambiente de inovação e das condições de competitividade do país.

Os resultados recentes podem ser divididos em dois grupos – um voltado para as políticas públicas e o outro para a atuação das empresas. Entre os destaques do primeiro estão o lançamento do Programa Inova-Empresa e a criação da Embrapii, além da condução de iniciativa para fortalecimento das engenharias.

Já em relação às empresas, a MEI foi responsável por constituir o Sistema de Núcleos Estaduais de Inovação, que já funciona em 25 estados.

No que se refere a pequenas e médias empresas, um convênio formalizado com o SEBRAE possibilitou o atendimento a mais de quatro mil indústrias em todo o território nacional.

## Volkswagen divulga resultados sobre fraude na quinta-feira

09/12/2015 – Fonte: Exame



O presidente-executivo da montadora alemã Volkswagen, Matthias Mueller, vai divulgar os resultados das investigações sobre a manipulação dos softwares que mediam a emissão de gases poluentes em seus veículos na quinta-feira (10), em uma coletiva de imprensa.

A montadora informou hoje (8) que o presidente do conselho de supervisão, Hans Dieter Pötsch, também estará presente na coletiva.

Desde setembro, o grupo enfrenta um escândalo devido à instalação, em 11 milhões de veículos de várias marcas, de um dispositivo para deturpar os testes antipoluição e vai fazer um recall para reparação em cerca de 8,5 milhões de veículos na Europa, a partir de janeiro.

As vendas da marca já apresentaram queda: na Alemanha, houve redução de 2% nas vendas em novembro e nos Estados Unidos, onde o caso foi descoberto, as vendas caíram quase 25%.

## Cronograma de desativação da Usiminas será entregue esta semana

09/12/2015 – Fonte: A Tribuna Santos



A Usiminas entrega na quinta-feira à tarde, durante reunião com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos Região, o cronograma de desativação das unidades primárias produtivas da usina de Cubatão (antiga Cosipa). O processo, que segundo a empresa durará até que seja possível retomar a produção, já começou no último domingo com a desativação da Coqueria 1.

“Esta ação está em fase de conclusão, conforme os padrões técnicos comuns a este tipo de procedimento, com foco na segurança das pessoas, do meio ambiente e das demais operações da usina”, informou por meio de nota a assessoria de comunicação da siderúrgica.

A suspensão dessas atividades é motivada pela crise no mercado comprador de aço e faz parte do plano de ajuste de capacidade produtiva anunciado para a unidade cubatense no final de outubro.

### **Primeiro passo**

A coqueria é o setor que produz matéria prima para a fabricação do aço em Cubatão. O processo de suspensão será concluído na sexta-feira. Na avaliação do presidente do

Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Florêncio Resende de Sá, o Sassá, esse é o primeiro passo para a paralisação dos serviços primários da siderúrgica.

### **Efeito**

A suspensão da Coqueria provocará demissões, a partir de 31 de janeiro. Com isso, prevendo uma futura retomada, deve permanecer somente o pessoal que se encarregará da manutenção, conforme avaliou o diretor presidente da Usiminas, Rômel Erwin de Souza, ao prestar depoimento na CPI do BNDES, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 26 de novembro. Ele disse que a situação no mercado de aço permanece crítica.

Balço divulgado no final de outubro deste ano, aponta que a siderúrgica apresentou prejuízo líquido de R\$ 1,042 bilhão no terceiro trimestre de 2015, o quinto resultado trimestral negativo consecutivo e que veio mais fraco que a média de expectativas do mercado.

Por isso, Rômel afirmou ser "muito difícil" evitar as demissões na unidade da empresa em Cubatão. Mesmo com o auxílio do Governo Federal, que anunciou medidas para sobretaxar a entrada do aço produzido pela China – a valores de mercado menores que o produzido no Brasil - "na proporção que estamos, é muito difícil evitar as demissões.

Quando falamos de postos de trabalho, temos que associá-los a um volume de produção".

Como o mercado interno diminui cada vez mais, a alternativa da siderúrgica para se manter é também exportar, e aí compete com o aço da China que é mais barato temos que exportar.

## **Anglo American e Rio Tinto anunciam cortes**

09/12/2015 – Fonte: DCI

A mineradora Anglo American anunciou ontem que irá vender mais ativos, suspender dividendos até o fim de 2016 e reduzir o número de suas unidades de negócio de seis para três, em um momento de forte queda nos preços das commodities que também levou a Rio Tinto a cortar investimentos previstos para o próximo ano.

A Anglo American informou que reduzirá seus ativos em 60% e cortará sua força de trabalho para 50 mil funcionários, ante 135 mil.

Serão formadas três divisões: a De Beers para diamantes, a de Metais Industriais para platina e metais básicos e a de Commodities a Granel, para carvão e minério de ferro.

A companhia tenta levantar US\$ 4 bilhões por meio das vendas de ativos, ante uma meta anteriormente divulgada de US\$ 3 bilhões.

"Embora continuemos a entregar nossa reestruturação de negócios e nossos objetivos de performance, a severidade da deterioração dos preços das commodities exige ações ousadas", destacou o presidente-executivo da Anglo American, Mark Cutifani.

Também nesta terça-feira (8), a Rio Tinto comunicou que seu orçamento de investimento em 2016 deverá cair em cerca de US\$ 500 milhões, para US\$ 5 bilhões.

"Nossa alocação de capital prudente e abordagem disciplinada em relação ao balanço financeiro têm reforçado nossa resiliência durante este período de contínua volatilidade", afirmou o presidente executivo da Rio Tinto, Sam Walsh, em comunicado.

## Itaipu garantirá abastecimento, diz ONS

09/12/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A usina de Itaipu e o Sistema Sul devem assegurar o abastecimento de energia no País em 2016, repetindo o papel estratégico desempenhado pela hidrelétrica em 2014 e 2015, afirmou na segunda-feira o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Hermes Chipp. Ele esteve em Itaipu na última quinta-feira, onde participou da premiação Fundação Coge (Comitê de Gestão Empresarial), entidade que reúne empresas do setor energético.

Para Hermes Chipp, as boas condições hidrológicas e climáticas favoráveis à Itaipu, asseguradas pelo El Niño, garantirão o atendimento à demanda do Brasil no próximo ano.

A produção da hidrelétrica será fundamental para amenizar o estresse hídrico vivido pela bacia do São Francisco, na região Nordeste. O reservatório de Sobradinho zerou o volume útil em novembro.

O diretor do ONS se ampara nas condições climáticas previstas pelos meteorologistas, que anteveem tendência de bastante chuva provocada pelo El Niño nas regiões Sul e Centro-Oeste.

“Em 2016, não teremos uma condição climática favorável do baixo São Francisco, de Sobradinho até a foz do rio, ao contrário do cenário em Itaipu”, prevê o diretor-geral. “Vamos transferir o excedente de energia de Itaipu para o Nordeste, pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), e não teremos problema nenhum no abastecimento”, completou.

**Cheio**- As condições hidrológicas favoráveis mantêm o reservatório de Itaipu cheio. Desde o dia 16 de outubro, ele opera 220 metros acima do nível do mar. Um mês depois, o vertedouro foi aberto. As calhas estão vertendo desde 17 de novembro.

Na segunda-feira, o vertimento chegou a 10 milhões de litros de água por segundo, às 4h. “Itaipu foi o mais importante pivô do fornecimento de energia no Brasil e ainda bateu recorde sobre recorde diante da crise causada pela seca. Tanto é que usina, e mais a geração do Sistema Sul, foram quem sustentaram o atendimento do sistema nesses dois anos (2014 e 2015)”, disse.

Além de Itaipu, o Sistema Sul é composto por hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, termelétricas, parques eólicos. Entre elas estão as hidrelétricas de Barra Grande, Garibaldi, Campos Novos, Governador Ney Braga; as termelétricas Alegrete, São Jerônimo, Nutepa, Figueira; e as eólicas dos Índios, Sangradouro e Osório. Nesse domingo (6), o sistema gerou 9.827 megawatts médios. A potência instalada de todo o Sistema Interligado Nacional é de 122.104 MW.

Em 12 de novembro, Itaipu atingiu a marca de 2,3 bilhões de megawatts-hora (MWh), produção histórica exclusiva no mundo. Ainda em 2015, a hidrelétrica superou por três vezes o recorde de geração horária, chegando a 14.167 megawatts em outubro.

“Itaipu é uma hidrelétrica com energia firme e gera, praticamente ao longo de todo o ano, quase o máximo de sua potência. Podemos contar com a usina o tempo todo”, afirmou Chipp. Atualmente, a usina responde por 17% da demanda do Brasil e a 75% do consumo de energia elétrica paraguaio.

**Perfil** - Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, a Itaipu Binacional é líder mundial na geração de energia limpa e renovável, tendo produzido, desde 1984, mais de 2,3 bilhões de MWh. A hidrelétrica é responsável pelo abastecimento de cerca de 17% de toda a energia consumida pelo Brasil e de 75% do Paraguai.

Desde 2003, Itaipu tem como missão empresarial "gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai".

A empresa tem ainda como visão de futuro chegar a 2020 como "a geradora de energia limpa e renovável com o melhor desempenho operativo e as melhores práticas de sustentabilidade do mundo, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a integração regional".

## **Combustíveis sobem 4,16% em novembro, maior impacto no IPCA, diz IBGE**

09/12/2015 – Fonte: R7

Os combustíveis lideraram em novembro o ranking de maiores impactos sobre a inflação do País, pelo segundo mês consecutivo, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados nesta quarta-feira, 9, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta chegou a 4,16%, o equivalente a um impacto de 0,21 ponto porcentual no IPCA de 1,01% do mês.

O litro da gasolina ficou 3,21% mais caro para o consumidor, com contribuição de 0,13 ponto porcentual para a inflação. Levando em conta outubro e novembro, a alta foi de 8,42% nas bombas, devido ao reajuste de 6% vigente nas refinarias desde 30 de setembro. No ano, a gasolina já aumentou 18,61%: de 10,40% em Campo Grande a 24,35% no Recife.

Já os preços do etanol subiram 9,31% no mês passado, uma contribuição de 0,08 ponto porcentual no IPCA do mês. No ano, a alta está em 26,10%, com a menor variação em Fortaleza (12,71%), e a maior, em Curitiba (33,14%).

Os preços do óleo diesel aumentaram 1,76% em novembro. Junto com a taxa de outubro, acumularam 5,08% de alta em dois meses, como reflexo também do reajuste (de 4%) nas refinarias em 30 de setembro. No ano, o diesel está 12,75% mais caro.

Os combustíveis têm um peso de 5,14% no cálculo do IPCA. Como resultado, o grupo Transportes registrou variação de 1,08% em novembro, puxado também pelas tarifas dos ônibus urbanos, que subiram 1,11%. Os ônibus ficaram mais caros por conta dos aumentos nas regiões de Fortaleza, Belo Horizonte e Campo Grande.

### **Alimentação**

Os gastos das famílias com Alimentação e bebidas aumentaram 1,83% em novembro, o maior impacto por grupo sobre a inflação do mês. A contribuição foi de 0,46 ponto porcentual para a taxa de 1,01% no IPCA. A pressão se deve ao dólar e às chuvas.

Vários produtos apresentaram fortes aumentos, com destaque para batata-inglesa (27,46%), tomate (24,65%), açúcar cristal (15,11%) e açúcar refinado (13,15%). Poucos itens ficaram mais baratos no mês, como as carnes industrializadas (-0,79%) e o leite (-0,76%), segundo o IBGE. Os alimentos para consumo em casa subiram 2,46%, enquanto a alimentação fora de casa aumentou 0,70%.

"Não que o preço da alimentação fora tenha ficado comportadinho, mas é que os alimentos no supermercado subiram mais", ressaltou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de Preços do IBGE.

A valorização do dólar em relação ao real encarece o adubo e estimula as exportações, diminuindo a oferta interna de produtos.

"Nos alimentos, a pressão forte é o câmbio, que está ali nos adubos, nas plantações", lembrou Eulina. Como o dólar está valorizado, ela acrescentou que "é muito estimulante



exportar". "A produção de arroz é muito justa, porque o brasileiro come muito arroz. Mas, mesmo assim, o País tem exportado arroz. A exportação de carne também está bastante atraente. Então, o câmbio traz uma avalanche de aumentos", emendou.

Além disso, as chuvas recentes prejudicaram algumas lavouras, com reflexo sobre os produtos in natura, como o tomate e a cebola. O frete também tem pressionado os preços. "O diesel fez o frete aumentar bastante. Caminhoneiros vêm reclamando muito também do aumento do pedágio."

De janeiro a novembro, o grupo Alimentação e bebidas acumula uma alta de 10,37%, sendo 10,75% o aumento dos produtos consumidos em casa e 9,67% a elevação da alimentação fora de casa. Os alimentos respondem por um peso de 25% no cálculo do IPCA.

### **Marcas**

A inflação oficial do País acumulada em 12 meses superou em novembro a barreira dos dois dígitos pela primeira vez em 12 anos, segundo dados do IBGE. A taxa de 10,48% foi a mais alta desde novembro de 2003, quando foi de 11,02%.

O resultado do IPCA de novembro, de 1,01%, foi o mais alto para o mês desde 2002, quando estava em 3,02%. O resultado do acumulado de janeiro a novembro, de 9,62%, também foi o mais alto desde 2002, quando era de 10,22%. Em novembro de 2014, o IPCA foi de 0,51%, e a taxa acumulada no ano estava em 5,58%.

## **Volkswagen diz que fraude de emissões afetou 36 mil carros**

09/12/2015 – Fonte: R7

A Volkswagen disse que subestimou o consumo de combustível e as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) de bem menos carros do que originalmente estimado.

"Apenas um pequeno número das variantes do modelo dos novos carros vai ter o número do catálogo (CO<sub>2</sub>) ligeiramente alterados", disse a Volkswagen na terça-feira, acrescentando que o número de carros afetados é equivalente a cerca de 36 mil veículos.

A companhia disse no último mês que fraudou o uso de combustível e de emissões de CO<sub>2</sub> em cerca de 80 mil carros vendidos, majoritariamente, na Europa, e que esperava custos de ao menos 2 bilhões de euros, incluindo pagamentos de compensações aos consumidores.

"O impacto negativo sobre os lucros... ainda não foi confirmado", disse a Volkswagen. "Se nós termos um impacto econômico mínimo, isso depende dos resultados do exercício de recálculo."